

ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Raquel da Silva Duarte¹
Karla Ozimar Teixeira²
Magna Lima de Souza³
Danielson Erik Oliveira dos Santos⁴
Orientadora do Trabalho Thalita Cunha Motta⁵

RESUMO

Esse trabalho objetivou compreender o atendimento educacional ofertado para estudantes com deficiência de uma escola estadual do município de Parnamirim-RN, no contexto da pandemia do COVID-19, no ano de 2021. A suspensão das atividades escolares presenciais provocou grandes mudanças no processo de ensino-aprendizagem, o que gerou análises e avaliações em busca de melhores formas da manutenção do acesso à educação. Nossa metodologia foi a visita e coleta de dados através de questionários com estudantes e familiares. Nossa fundamentação teórica trata da legislação brasileira sobre inclusão escolar e o próprio contexto da pandemia, além do atendimento educacional especializado (AEE). Os resultados obtidos foram que, os estudantes estão gostando de algumas atividades das aulas remotas, como jogos educativos online, bate-papo, e atividades impressas. As maiores dificuldades enfrentadas estão relacionadas a quantidade insuficiente de equipamentos eletrônicos com conexão com a internet e o fluxo de alunos tirando dúvidas durante as aulas síncronas. Compreendemos com isso, que essa forma de atendimento manteve o vínculo dos estudantes e famílias com os estudos, propiciando alguns progressos de aprendizagem. Mesmo com as dificuldades, os profissionais da escola encontraram alternativas de estímulo e continuidade do currículo escolar durante a pandemia.

Palavras-chave: Inclusão, Pandemia, Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

A partir de março de 2020, em função da pandemia do COVID-19, ocorreu a suspensão de todas as atividades presenciais de todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil e as escolas se reorganizaram para atender os estudantes de forma segura. A maioria estabeleceu o ensino remoto como forma prioritária e o trabalho docente se modificou bastante, necessitando de cursos rápidos e orientações objetivas para atenderem às necessidades e condições do isolamento social. Por isso, nesse artigo buscamos compreender o atendimento educacional ofertado para estudantes com deficiência no contexto da pandemia do COVID-19.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol EaD - Campus ZL (CAMPUS AVANÇADO NATAL-ZONA LESTE) do Instituto Federal do Rio Grande Norte -RN, raquellduart@yahoo.com.br;

² Mestrado em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade, Faculdade do Norte do Paraná – FACNORTE., Karla_ozimar@outlook.com;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol EaD - Campus ZL (CAMPUS AVANÇADO NATAL-ZONA LESTE) do Instituto Federal do Rio Grande Norte -RN, magnalima@hotmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol EaD - Campus ZL (CAMPUS AVANÇADO NATAL-ZONA LESTE) do Instituto Federal do Rio Grande Norte -RN, sr.danielson_erik@yahoo.com.br;

⁵ Professor orientador: doutorado, Curso de Licenciatura em Letras Espanhol EaD - Campus ZL (CAMPUS AVANÇADO NATAL-ZONA LESTE) do Instituto Federal do Rio Grande Norte -RN, thalita.motta@ifrn.edu.br

Justificamos que, tais mudanças na forma de atendimento escolar e as próprias consequências da pandemia no cotidiano dos estudantes requereu análise cuidadosa para dirimir as dificuldades e desigualdades de ensino-aprendizagem. Por este motivo, o estudo exploratório foi essencial de ser realizado nesse momento, através da escuta dos estudantes e familiares. O ambiente de suas casas passou a ser o único espaço de acesso aos conteúdos escolares, principalmente através da internet. Além disso, a relação entre educação e saúde se tornou mais imbricada no trabalho cotidiano de todo(a)s nós, como observou Dias e Pinto (2020, s.p):

[...]Não podemos esquecer que saúde física e saúde mental andam juntas. A duração prolongada do confinamento, a falta de contato pessoal com os colegas de classe, o medo de ser infectado, a falta de espaço em casa – torna o estudante menos ativo fisicamente do que se estivesse na escola –, e a falta de merenda para os alunos menos privilegiados são fatores de estresse que atingem a saúde mental de boa parte dos estudantes da Educação Básica e das suas famílias. Estimular a solidariedade, a resiliência e a continuidade das relações sociais entre educadores e alunos nesse período é fundamental, pois ajuda a minorar o impacto psicológico negativo da pandemia nos estudantes. Agora, importa prevenir e reduzir os níveis elevados de ansiedade, de depressão e de estresse que o confinamento provoca nos estudantes em quarentena.

Claro que, para além dos riscos e impactos da pandemia, continuam vigentes as prerrogativas da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/15, assegura a educação como um direito fundamental para o desenvolvimento de todas as pessoas, inclusive pessoas com deficiência, que devem ser atendidas em escolas regulares ou outras instituições especializadas. Nesse sentido, no contexto da pandemia, o Conselho Nacional de Educação publicou a resolução n. 11/2020 com orientações específicas do trabalho para esse público. Conforme consta no documento, é essencial “[...] a necessidade de viabilizar o acesso à internet gratuita para todas as escolas da rede pública de ensino. Não há como negar a importância do acesso às tecnologias existentes como rádio, TV, internet, plataformas e blogs educacionais, para assegurar maior equidade na formação integral de todas as crianças e jovens para o enfrentamento dos desafios do nosso século (CNE, 2020, p. 27).

Entretanto, desde a publicação desse documento até a finalização de nossa pesquisa, não verificamos uma ação nacional para o cumprimento dessas necessidades. De todo forma, cada rede de ensino pública e cada escola se mobilizou para manter o atendimento educacional. O contexto da política pública brasileira já vinha se degradando desde o ano de 2016 com os cortes orçamentários implementados pelo congresso nacional. Por isso, o próprio texto do CNE já assinala algumas preocupações:

[...] fatores que podem afetar o processo de aprendizagem remoto no período de isolamento da pandemia, tais como: as diferenças no aprendizado entre os alunos que têm maiores possibilidades de apoio dos pais; as desigualdades entre as diferentes redes e escolas de apoiar remotamente a aprendizagem de seus alunos; as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em sua resiliência, motivação e habilidades para aprender de forma autônoma on-line ou off-line; as diferenças entre os sistemas de ensino em sua capacidade de implementar respostas educacionais eficazes; e, as diferenças entre os alunos que têm acesso ou não à internet e/ou aqueles que não têm oportunidades de acesso às atividades síncronas ou assíncronas. (PARECER CNE/CP Nº:11/2020).

Por isso, esse momento se fez ainda mais urgente verificarmos a situação mais concreta do funcionamento das escolas públicas e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), objetivando sempre a melhoria e o desenvolvimento de cada estudante.

METODOLOGIA

Nessa pesquisa adotamos a abordagem quanti-qualitativa e desenvolvemos o tipo de estudo exploratório com os seguintes procedimentos: 1) revisão bibliográfica e documental contínua sobre Educação Inclusiva no contexto da pandemia; 2) coleta de material didático utilizado no contexto da pandemia; 3) entrevista e questionários com professora, alunos e familiares; 4) análise dos dados coletados à luz dos estudos empreendidos ao longo da pesquisa;

Além disso, procedemos, conforme orientações código de ética em pesquisa com seres humanos vigente, incluindo os trâmites para pesquisa em ambiente virtual para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações dos participantes. Com base nisso, dispomos os tópicos a seguir com os principais resultados alcançados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação básica é um direito de todos os cidadãos, e é dever do Estado promover, proteger, garantir e incentivar junto a família para que todos contribuam com um bom desenvolvimento físico, mental e social dos educandos. Ainda, a Lei nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, em seu artigo 1º prevê que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em

condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Nesse sentido, a garantia dos direitos da inclusão da pessoa com deficiência requer a interação social com as demais pessoas nos espaços públicos, em especial, na escola para se manter o desenvolvimento, cognitivo, intelectual e psicológico. Quanto mais houver a interação e a inclusão de pessoas com deficiência melhor será o desenvolvimento de toda nossa sociedade. Isto porque enquanto sujeitos em busca de mais autonomia e qualidade de vida, os próprios estudantes com deficiência na sua experiência de escolarização devem manterem-se ativos através do protagonismo estudantil na pesquisa e no direito à educação e pela inclusão, é uma formação não só acadêmica, mas, também cidadã. Contudo, diante do COVID-19 na pandemia, as escolas tiveram que se adaptar a essa situação de acordo as normas sanitárias e da educação adotadas nesse período.

Tanto a equipe docente quanto os próprios estudantes e suas famílias precisaram dispor de aparelhos de acesso à internet com os próprios custos, uma vez que, a política pública do país não atendeu essa necessidade essencial. As atividades escolares e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) utilizadas como recursos para a interatividade virtual entre estudantes e professores nesse momento de pandemia do COVID-19 foram preparadas, considerando-se o plano de desenvolvimento individual do estudante. Segundo (POKER, 2013): "Na escola que assume a perspectiva inclusiva, todo professor busca despertar e desenvolver competências e propor conteúdos compatíveis com as experiências vividas pelos alunos, para que atribuam significado aos conteúdos, tendo participação ativa nesse processo". Portanto, o contexto de isolamento social, pandemia e todas as crises sociopolíticas e econômicas que se agravaram nesse momento no Brasil, exigiram uma transformação, não apenas, das ferramentas de ensino, mas, também dos objetivos, metodologias e significados dessa vivência de escolarização remota. Para os estudantes com deficiência o Parecer CNE/CP Nº:11/2020 indicou que:

os professores do Atendimento Educacional Especializado deverão elaborar com apoio da equipe escolar, um Plano de Ensino Individual (PEI), para cada aluno, de acordo com suas singularidades; e, as orientações e atividades não presenciais deverão ocorrer através de ações articuladas entre o professor do AEE e o acompanhante (mediador presencial) no domicílio, ou com o próprio estudante quando possível, por meio de tecnologias de comunicação; (CNE, 2020, p. 26)

Observamos que, o uso das tecnologias da informação e comunicação se fez essencial para vários setores incluindo da educação, e na educação inclusiva, foi e é, ainda utilizada, já

que, antes da pandemia os alunos(as) da escola estudada, já tinham aulas no laboratório de informática, com aulas adaptadas/ melhoradas dependendo da necessidade de cada discente, e no ensino remoto, onde caberiam aos alunos(as)/ pais/ responsáveis, administrarem juntos aos docentes, os horários de estudos de cada um, e a preocupação girou em torno da assistência que cada um poderia ter em relação ao apoio aos estudos, mas que os profissionais e o professor(a) de AEE da escola estudada conseguiram mesmo com todas dificuldades obterem alguns resultados importantes em relação aos estudos remotos no ensino da educação inclusiva, e isso, só foi possível, devido a ajuda de todos os envolvidos, e também, ao uso das ferramentas tecnológicas e da internet.

Como os estudos sobre educação online já indicavam sobre as possibilidades de aprendizagem e nesse momento de pandemia pudemos repensar que:

[...]a aprendizagem não acontece somente dentro do ambiente escolar. Aprender a gerenciar vários espaços e a integrá-los de forma aberta, equilibrada e inovadora é essencial. As atividades remotas e o acompanhamento das práticas, dos projetos e das experiências, que ligam o estudante ao mundo que o cerca, podem integrar a carga horária dos diferentes componentes curriculares, flexibilizando o tempo de presença em sala de aula e incrementando outros tempos de aprendizagem (MORAN APUD CNE 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na escola pesquisada, atualmente são atendidos 25 alunos da educação especial. Desses são: 15 alunos do turno matutino, 12 do turno vespertino e 1 do turno noturno. Realizamos a aplicação de questionários com sete (7) responsáveis de alunos(as), e sete (7) discentes da instituição escolar. Os estudantes estão atualmente matriculados no 1º ano do Ensino Médio (3 deles); 2º ano do Ensino Médio (2 deles) e, 3º ano do Ensino Médio (2 deles). A faixa-etária é entre 15 a 20 anos. Com relação as deficiências dos alunos entrevistados, a maioria tem deficiência intelectual, e apenas um tem deficiências múltiplas. O contato foi feito através de autorização da direção da escola e auxílio da professora de AEE. Solicitamos a concordância de cada pessoa pesquisada através de assinatura termo de consentimento voluntário devidamente arquivado com demais documento do projeto.

A maior parte dessas famílias são compostas por quatro pessoas, que moram em casas próprias, e, em geral duas pessoas contribuem para renda familiar, muito embora não tenham emprego formal, por isso, recebem algum benefício do governo federal. A renda mensal média

das famílias fica entre: um salário mínimo de R\$ 1.100,00 até três salários mínimos (R\$ 1.100,00 até 3.300,00). Em relação a escolaridade dos responsáveis, a maioria não concluiu o Ensino Fundamental, e uma tem o Ensino Médio e outra o Ensino Superior. Sobre a infraestrutura para os estudos em casa, a maioria das famílias não possui computadores/notebooks, mas tem entre 1 (um) até 4 (quatro) smartphones em cada casa. A maioria dos pais/responsáveis, não precisaram parar de trabalhar para se adaptarem a pandemia. Mas, todo(a)s os entrevistados(as) relataram não se sentirem seguros(a)s em mandar seus filhos(as) para aulas presenciais na escola durante a pandemia.

Diante desse contexto socio-econômico, uma parte das famílias relatou terem sentido dificuldades no início dos estudos remotos, mas hoje, estão mais adaptados, a maioria dos pais/responsáveis não sentiram nenhuma dificuldade de avaliar seus filhos(as) nos estudos, mas houveram situações, em que, a maior dificuldade, foi a falta de aparelhos eletrônicos específico para os estudos, além da falta de interesse e atenção dos filhos(as) em assistir as aulas on-lines.

Em relação as tarefas escolares durante a pandemia do COVID 19, a maioria dos alunos entrevistados relataram que seus pais/ responsáveis ajudam nas atividades direcionadas pelos professores.

[...]No momento atual, muitas escolas, públicas e privadas, estão exagerando nas expectativas do que professores e familiares conseguem fazer. Há diferenças substanciais entre as famílias, atualmente, em confinamento. Algumas podem ajudar seus filhos a aprender mais do que outras. Fatores como a quantidade de tempo disponível para se dedicar aos estudos dos filhos, auxiliando-os com as aulas online – muitos pais estão em *home office* cumprindo horário laboral integral e outros tantos precisam trabalhar externamente para garantir a renda mensal –; as habilidades não cognitivas dos genitores; a possibilidade de acessar o material online; a quantidade de conhecimento inato dos pais – afinal, é difícil ajudar o filho se tiver de aprender algo estranho ao que se conheceu e aprendeu –, são questões a serem levados em conta quanto ao papel dos pais na Educação dos filhos em tempos de pandemia. Toda essa situação gerará um aumento da desigualdade na Educação e no progresso do estudante (CIFUENTES-FAURA, 2020).

Sobre o aprendizado dos alunos com deficiência durante as aulas remotas, a maioria dos discentes, apresentaram algum progresso de aprendizagem, seja na escrita, ou mesmo, no seu desenvolvimento social e pessoal; e poucos foram os que não apresentaram nenhum progresso. De acordo com os estudantes, as atividades que mais motivaram a fazer foram: Jogos educativos, bate-papo e atividades impressas para entregar ao professor(a).

Coletamos fotografias de alguns materiais produzidos pela professora de AEE e entregues aos estudantes para realização dos estudos em casa. Nas figuras 1 e 2 a seguir, apresentamos os principais materiais.



Fig. 1 Caderno de Tarefas adequadas para alunos de AEE

Fig. 2 - Kits de Jogos e tarefas adaptadas/adequadas para os alunos

A professora de AEE precisou confeccionar cadernos de atividades para entregar aos estudantes com atividades específicas, de acordo com cada necessidade de ensino do estudante com deficiência, além de contemplar materiais de apoio aos conteúdos das disciplinas regulares. As atividades auxiliam também a professora a avaliar os avanços de algumas habilidades desses estudantes mas, também se comunica diretamente com eles através de áudios de whatzap. Enquanto isso, a respeito do retorno às aulas presenciais na perspectiva dos estudantes, a maioria, mesmo gostando das aulas remotas, e conseguindo aprender nesse formato, preferem ter aulas presenciais. O que precisariam melhorar seria: “se existisse outro horário só com os professores(as) de disciplinas, e o aluno(a) da educação especial” respondeu; “aulas de informática, cursos técnicos” [porque] os professores de disciplinas às vezes não ajudam”; e os demais relataram que precisam melhorar a questão da “escrita e da leitura”, ou só na leitura.

Questionamos se eles acham necessário que a escola tivesse atendimentos de psicologia, médico, nutricionista, dentista e fisioterapia e todo(a)s afirmaram que sim.

Para construirmos um futuro mais seguro, saudável e próspero, necessitamos de políticas públicas que assegurem um financiamento adequado para a Educação, fazer uso das tecnologias

disponíveis, priorizar os mais vulneráveis e proteger educadores e alunos. O Estado precisa se fazer presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os resultados obtidos na pesquisa aqui descrita, o ensino remoto trouxe algumas dificuldades para os estudantes com deficiência da escola estadual participante. Mas, as condições socioeconômicas das famílias são um dos fatores que impacta mais diretamente os estudos, devido à falta de equipamentos de TDICs nas casas, além da qualidade da internet disponível. De toda forma, os profissionais da escola encontraram alternativas de estímulo e continuidade do currículo escolar durante esse período de pandemia. Também observamos que, a maioria dos pais/responsáveis relatou não mencionaram dificuldades em ajudar seus filhos(as) nas aulas. Dessa forma, a maioria desses estudantes da educação especial apresentou algum progresso de aprendizagem, seja na escrita, ou mesmo, no seu desenvolvimento social e pessoal.

Compreendemos com isso, que mesmo sem o ensino presencial, esses estudantes com deficiência mantiveram o vínculo com os estudos e, demonstraram estar conscientes tanto dos riscos à saúde de uma volta do atendimento presencial como das necessidades dos protocolos sanitários já previstos para o dia-a-dia nesse contexto. Claro que, se houvesse a disponibilidade de internet gratuita, equipamentos e materiais mais adequados aos necessidades do ensino remoto, os resultados de aprendizagem também poderiam ser melhores. Também se faz essencial mais professores(as) de AEE para trabalhar em conjunto com os professores das disciplinas específicas, bem como atendimento da área de saúde, como médicos, nutricionista ou outros profissionais que, principalmente, nesse momento da pandemia, estaria orientando e monitorando os estudantes de forma mais próxima.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a PROPI/IFRN pelo bolsa de pesquisa disponibilizada através do Programa de Iniciação Científica do ano de 2021. E também agradecemos a todos(as) que fizeram e fazem parte dessa pesquisa, principalmente a Deus e também a todos(as) os nossos familiares e amigos(as) que nos apoiam. Agradecemos também, a nossa orientadora Thalita Cunha Motta, que nos orientou e ajudou na pesquisa.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 de setembro de 2021.

_____. LEI nº 13.146/2015. Institui lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 10 de setembro de 2021.

_____. LEI nº 9.394/1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 10 de setembro de 2021.

CIFUENTES-FAURA, J. Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid-19: el papel del gobierno, profesores y padres. Revista Internacional de Educación para la Justicia Social, Madrid, v. 9, n. 3e, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12216/12089>> Acesso em: 27 de setembro. 2021.

DIAS, Erika. PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a COVID-19. [Editorial] Revista Ensaio: Avaliação e Política em Educação. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001> Acesso em: 27 de setembro de 2021.

MORAN, José. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Papirus, 21ª. Ed, 2013, p.27-29.

PARECER CNE/CP Nº: 11/2020 – Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN112020.pdf?query=atividades%20educacionais%20presenciais> Acesso 25 de setembro de 2021.

[Parecer CNE 11/2020 – Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico \(gepa-avaliacaoeducacional.com.br\)](http://gepa-avaliacaoeducacional.com.br)

POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.